

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.184 - RJ (2018/0338303-8)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE : MATHEUS REIS RODRIGUES**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência das Súmulas 83 e 7/STJ.

Sustenta o agravante que as referidas súmulas não se aplicam ao caso concreto, existindo incongruência na aplicação simultânea.

No especial, alega violação aos arts. 70 e 155 do CP, sob o fundamento de que indevidamente afastada a incidência do princípio da insignificância.

Requer o provimento do recurso especial para que seja absolvido.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, ao exame do mérito recursal.

O agravante foi condenado à pena de 1 ano de reclusão pela subtração de duas peças de roupas no valor de R\$ 120,00 – equivalente a 12,8 % do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Interposta apelação defensiva, foi negado provimento ao recurso nos seguintes termos (fls. 160/161):

Inicialmente, verifica-se comprovada a materialidade delitiva pela própria situação de flagrância, aliados à segura prova oral coligida.

Sustenta a defesa, contudo, que diante do pequeno valor da coisa furtada, estimada em R\$120,00, cabível a aplicação do Princípio da Insignificância.

Conforme consta da página do STF ([www.stf.ius.br](http://www.stf.ius.br)). "o princípio da insignificância tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, ou seja, não considera o ato praticado como um crime, por isso, sua aplicação resulta na absolvição do réu e não apenas na diminuição e substituição da pena ou não sua aplicação. Para ser utilizado, faz-se necessária a presença de certos requisitos, tais como: (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada (exemplo: o furto de algo de baixo valor)". (HC nQ 84.412/SP, Segunda Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJe de 19/11/04 e HC 136896 / MS - MATO GROSSO DO SUL

-HABEAS CORPUS - Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI Julgamento: 13/12/2016 Órgão Julgador: Segunda Turma)

Ainda segundo o Supremo, "Sua aplicação decorre no sentido de que o direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado cujo desvalor - por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social".

Em resumo, o conceito do princípio da insignificância é o de que a conduta pelo agente atinge de forma tão ínfima o valor tutelado pela norma que não se justifica a repressão, o que não se pode admitir neste caso concreto.

Se a todo cidadão fosse permitida a prática de pequenos furtos sob o amparo do princípio da bagatela criar-se-ia uma grande insegurança jurídica, já que seria o mesmo que conceder um "salvo-conduto" para prática de pequenos furtos e com isso seria muito difícil um comércio se manter, ou até mesmo pessoas saírem na rua com seus pertences pois, com a certeza da impunidade, as pessoas não mais pagariam para adquirir coisas de pequeno valor e simplesmente tomariam para si objetos de outras pessoas que lhe agradassem e que estivessem sem vigilância, o que é inviável e absurdo.

Improsperável, portanto, se mostra o reconhecimento da atipicidade da conduta praticada, com a aplicação do princípio da bagatela ou da insignificância, que não é causa de exclusão de ilicitude prevista em lei, mas simples construção jurisprudencial e doutrinária, teoria não adotada pelo direito pátrio.

Dito isso, não há que se falar em absolvição, devendo a condenação ser mantida ante a firme prova produzida.

No especial, alega o recorrente que o condenado é primário e o valor da *res furtiva* é baixo, devendo, por isso, ser aplicado o princípio da insignificância.

É pacífica a jurisprudência nesta Corte Superior no sentido da aplicação do princípio da insignificância, uma vez que a subsidiariedade do direito penal não permite tornar o processo criminal instrumento de repressão moral, de condutas reprováveis mas sem efetivo dano.

Desse modo, o valor módico dos objetos furtados – uma camisa e uma bermuda usadas –, aliado à primariedade do agente, conforme acima explicitado, torna possível a aplicação do princípio da insignificância, porquanto inexistente interesse social na onerosa intervenção estatal. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. FURTO SIMPLES. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICAÇÃO AO CASO CONCRETO. LESÃO JURÍDICA INEXPRESSIVA. BAIXO VALOR DA RES SUBTRAÍDA. REDUZIDO GRAU DE REPROVABILIDADE DO COMPORTAMENTO DO AGENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. - Atendidos os requisitos da inexpressividade da lesão patrimonial e do reduzido grau de

reprovabilidade do comportamento do agente, uma vez que inquéritos em andamento e ações penais sem trânsito em julgado não podem ser utilizadas para considerar o réu reincidente, deve-se reconhecer a atipicidade material da conduta pela incidência do princípio da insignificância. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 517.342/MG, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 03/08/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO TENTADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. MÍNIMO DESVALOR DA AÇÃO. VALOR ÍNFINO DA RES FURTIVAE. IRRELEVÂNCIA DA CONDUTA NA ESFERA PENAL. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Réu condenado pela suposta prática do delito tipificado no art. 155, caput, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal, por ter tentado subtrair, para si, dois pares de chinelos da marca "Mormaii", avaliados em R\$ 60,00, em uma filial das "Lojas Americanas", valor que pode ser considerado ínfimo, tendo em vista, sobretudo, não haver nos autos indícios de que o crime causou maiores consequências danosas à vítima, justificando, no caso, a aplicação do Princípio da Insignificância. 2. Embora as instâncias ordinárias tenham consignado ter o Paciente condenação anterior por crime de furto, sem trânsito em julgado, as peculiaridades do caso recomendam a aplicação, na espécie, do referido princípio, mormente por se tratar de crime que sequer restou consumado. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 244.967/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014)

Ante o exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para absolver o réu por atipicidade material da conduta, com fundamento no princípio da insignificância.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator